



Arquitetura revista

ISSN: 1808-5741

arq.leiab@gmail.com

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Barros, José D'Assunção
As Ciências Sociais e os modelos de cidade
Arquitetura revista, vol. 7, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 21-33
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193618927004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As Ciências Sociais e os modelos de cidade Social Sciences and city models

José D'Assunção Barros¹
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
jose.assun@globo.com

RESUMO – Das análises da Cidade de uma perspectiva institucional às análises do fenômeno urbano como complexidade histórico-social, inúmeras foram as contribuições de historiadores e cientistas sociais para a compreensão das questões urbanas no decorrer dos séculos XIX e XX. Este artigo busca discutir a história da reflexão sobre a Cidade como forma específica de organização social, atentando para a elaboração de uma visão panorâmica que remonta ao surgimento de um pensamento científico mais específico sobre a cidade como forma social desde o século XIX e que, particularmente, adquire especial desenvolvimento no século XX. Em um segundo momento, discute-se o uso das imagens na construção do conhecimento sobre a Cidade, e, em relação a este aspecto, o objetivo do texto é elaborar uma análise dos vários modelos de Cidade ao longo da reflexão urbanística do século XX nas Ciências Sociais e Humanas, incluindo a Sociologia, a Antropologia e mais particularmente a História.

Palavras-chave: cidade, Ciências Sociais, imagem.

ABSTRACT – From analyses of the City from an institutional perspective to the analysis of the urban phenomenon as a social-historical complexity, historians and social scientists have made several contributions to the understanding of urban issues in the course of the 19th and 20th centuries. This article discusses the history of the reflection about the City as a specific form of social organization, attempting to delineate an overview that goes back to the emergence of a more specific scientific thinking about the City as a social form since the 19th century, which underwent a particular development in the 20th century. At a second moment it discusses the use of images in the construction of knowledge about the City. In relation to this aspect, the article's goal is to present an analysis of the several models of the City in 20th century urbanistic thought in the Social and Human Sciences, including Sociology, Anthropology and, more particularly, History.

Key words: city, Social Sciences, image.

Introdução

Desde tempos relativamente recuados, os filósofos e pensadores ligados a diversos campos do conhecimento têm se preocupado em elaborar uma representação ou uma compreensão mais atenta acerca da Cidade e do viver urbano. Poetas, remontando à mais remota antiguidade, têm composto obras-primas sobre cidades específicas ou sobre a Cidade de modo geral, buscando captar a intensidade de fenômenos relacionados ao viver urbano, à solidão ou ao convívio de seres humanos no interior dos conturbados ou, por vezes, frios recintos urbanos. Artistas das mais variadas modalidades ocuparam-se de representar estas mesmas cidades através de obras visuais, escultóricas, literárias, teatrais e, mais recentemente, cinematográficas. A Arquitetura, ela mesma uma arte, tem através dos seus mais visionários urbanistas se empenhado em erigir cidades inteiras conforme um ideal utópico ou um plano diretor, o que, em última instância, não deixa de ser também uma reflexão sobre a cidade – ou sobre o que e como deveria ser uma cidade.

O presente artigo tem por objetivo revisitar os componentes imaginários e modelares que se acham presentes na diversificada reflexão sobre o fenômeno urbano que foi desenvolvida nos dois últimos séculos a partir de disciplinas como a História, a Sociologia, a Antropologia, ou como o Urbanismo, campo de saber aqui encarado como Ciência Social aplicada. Procuraremos entrever, através de algumas exemplificações e de diálogos bibliográficos pertinentes, como, à medida que avançamos pelo século XX, uma análise predominantemente institucional da Cidade vai cedendo lugar, sem contudo sair de cena, a outras possibilidades de tratamento do fenômeno urbano, abarcando dimensões várias como a Política, a Cultura, a Economia, a Demografia, a Psicologia, o Imaginário, a Forma. Interessa-nos, mais especificamente, dar conta de um deslocamento que avança em direção a uma maior complexidade e diversificação relacionadas à compreensão do fenômeno urbano, e em verificar como este aumento de complexidade teve de corresponder necessariamente a uma maior diversificação de imagens e modelos a partir das quais os cientistas sociais ousaram se aproximar da Cidade enquanto forma específica de organização social.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ / IM). Campus de Nova Iguaçu – Departamento de História e Economia. Av. Governador Roberto Silveira, s/n. 26285-060, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

A Cidade como Instituição

Uma visão panorâmica sobre as obras produzidas no século XIX acerca do fenômeno urbano deixa entrever o cerne de suas principais preocupações. Fora a contribuição de Karl Marx (1818-1883), que abre caminhos para uma análise da cidade em concomitância com aspectos sociais e históricos mais amplos² – embora ele mesmo não se detenha propriamente em uma reflexão isolada sobre o fenômeno urbano – e do próprio Engels (1820-1895), que, em *A situação da classe operária na Inglaterra*, chega a refletir sobre aspectos da psicologia e do cotidiano citadino (Engels, 1985 [1845]), a grande preocupação dos estudiosos oitocentistas do fenômeno urbano é visivelmente relativa às suas bases institucionais.

Entre aqueles que refletiram sobre os aspectos institucionais da questão urbana no século XIX, alguns autores mostram uma tendência a entender a cidade não como um estado derivado da natureza, mas como uma parte da própria natureza. Procuram entender a origem da cidade a partir da associação de agregados e células sociais básicas, como a família, ou outros agregados elementares que teriam dado origem às formações mais complexas que corresponderiam às “instituições”. Em perfeita conformidade com os interesses dos grandes Estados que buscam legitimar, neste período, as suas instituições, para estes autores pioneiros a cidade parece se constituir essencialmente, e por vezes até exclusivamente, em torno de Instituições Sociais.

A preocupação com as origens institucionais da cidade remete ao interesse de alguns historiadores oitocentistas com relação ao estudo da Antiguidade. Não é à toa que surge em 1864 a já clássica obra de Fustel de Coulanges, denominada *A cidade antiga*. Nesta, suas preocupações com vistas ao entendimento do fenômeno urbano são bastante explícitas: família, propriedade privada e religião. Para Fustel de Coulanges, a cidade constitui-se em torno de Instituições Sociais. “Há três coisas que, desde a idade mais antiga, encontram-se solidamente fundadas e estabelecidas nas sociedades gregas e itálicas: a religião doméstica, a família, e o direito à propriedade; três coisas que tiveram entre si, na origem, uma relação manifesta e parecem ter sido inseparáveis” (Coulanges, 1864, p. 65). Nesta linha de reflexões, Fustel de Coulanges foi um dos primeiros autores a chamar atenção para o papel da religião como um dos fundamentos da cidade. Afirma, por um lado, que a cidade formou-se a partir dos sucessivos agregados desta célula primária que é a família. Por outro lado, Fustel de Coulanges já chamava atenção para o fato de

que teria sido o sentimento religioso o que havia levado os homens a estabelecerem relações de solidariedade. “O culto dos antepassados agrupou a família à volta de um altar. Daí a primeira religião, mas também a propriedade estabelecida, a ordem fixa da sucessão. Depois a crença alargou-se e, da mesma forma e ao mesmo tempo, a associação. Na medida em que os homens sentem que existem para eles divindades comuns, vão se unindo em grupos cada vez mais extensos. As mesmas regras encontradas e estabelecidas para a família aplicam-se sucessivamente à pátria, à tribo, à cidade” (Coulanges, 1864, p. 165-166).

Este primeiro modelo institucional de análise historiográfica sobre as origens e natureza do fenômeno urbano teria sucessores, mesmo que introduzindo críticas às formulações de Fustel de Coulanges. Apenas para dar um exemplo do século seguinte, já marcado pela preocupação com o indivíduo, mas ainda alicerçado na preocupação com as instituições primordiais, tornaram-se notórias as críticas de Gustav Glotz, desferidas em 1928, contra as proposições do historiador francês. Glotz chega a criticar a metodologia aplicada por Fustel de Coulanges, que teria caminhado “sem sair do mesmo sítio, colocando a família no centro de uma série de círculos concêntricos” (Glotz, 1968, p. 49).

A resposta de Glotz à busca das origens institucionais da cidade é outra. Por um lado, tem o mérito de tentar estabelecer um “modelo conflitual de evolução da cidade”. Por outro lado, introduz o indivíduo como elemento ativo na constituição do fenômeno urbano. “Não são duas as forças que veremos em luta, a família e a cidade, mas três: a família, a cidade e o indivíduo. Cada uma delas foi se tornando sucessivamente predominante. No primeiro momento, a história das instituições é formada por famílias que conservam ciosamente o seu direito primordial e submetem todos os outros membros ao seu interesse coletivo; no segundo, a Cidade subordina a si as famílias chamando em sua ajuda os indivíduos libertados; no terceiro, os excessos do individualismo causam a ruína à cidade, a ponto de se tornar necessária a constituição de Estados mais vastos” (Glotz, 1968, p. 50).

Retornando àqueles que refletiram sobre a questão urbana no século XIX, podemos ainda registrar outras obras marcadas pelas preocupações institucionais, muitas vezes ancoradas na vinculação profissional às instituições estatais que eram típicas dos historiadores que as produziram. Um exame da produção historiográfica sobre períodos específicos, como o Medieval ou o da modernidade do Antigo Regime, pode contribuir para se ter uma ideia

² Entre as obras de Marx, ver *Formações econômicas pré-capitalistas* (Marx, 1986), e também a “Segunda Parte” de *A ideologia alemã*, que contém desenvolvimentos significativos sobre a Cidade (Marx e Engels, 2007).

de como as investigações acerca de formações urbanas específicas encontram-se no século XIX penetradas de todos os lados por uma História predominantemente, senão exclusivamente, institucional. Exemplo típico é a obra historiográfica explicitamente institucional de Labande (1892), denominada *Histoire de Beauvais et de ses institutions communales*. O livro de Reinecke (1896) sobre a história da cidade de Cambrai mantém-se na mesma linha. São obras em geral minuciosas, descrevendo em detalhe as instituições citadinas e a organização municipal. Gregorovius, por seu turno, desenvolve uma minuciosa *História da cidade de Roma na Idade Média* em oito volumes (Gregorovius, 1894). A preocupação com o sistema de propriedade aparece em des Marez, com seu *Étude sur la propriété foncière dans le ville du Moyen Age et spécialement en Flandre* (1898).

Outro exemplo clássico, mas já de uma historiografia que mesmo no início do século seguinte continuaria a perpetuar a tradicional reflexão institucional oitocentista, corresponde à famosa obra de Petit-Dutaillis: *Les Communes françaises, caractères et évolution, des origines au XVII^e siècle* (Petit-Dutaillis, 1970). Chama atenção a preocupação de Petit-Dutaillis em definir a cidade como um agrupamento voltado para a gerência de interesses coletivos. Conforme se vê, a mesma linha de preocupações acionada por Fustel de Coulanges perpetua-se como o cerne da questão para muitas das obras que lhe seguiram no seu mesmo século ou mesmo na primeira metade do século XX. Por outro lado, este novo século traria novas preocupações ao estudo da cidade em geral, e da cidade medieval em particular. Aparecem notadamente as preocupações com a função econômica, com o modo de vida do cidadão, com a forma urbana e sua organização social, com a representação e com o imaginário da cidade, com as relações entre o público e o privado. A cidade já não será vista exclusivamente a partir do modelo político-institucional.

Percebe-se no conjunto de reflexões trazidas pelo século XX que, na sua ânsia de captar a essência e a complexidade urbana, o sociólogo ou historiador passaria a fabricar imagens diversas, consoante os critérios de análise priorizados. A cidade torna-se simultaneamente “artefato”, “produto da terra”, “ambiente”, “sistema”, “ecossistema”, “máquina”, “empresa”, “obra de arte”, ou mesmo um “texto” a partir do qual podem ser lidos os códigos mais amplos de sua sociedade. Desenvolvem-se novos conceitos. “Armadura” ou “rede urbana”, a cidade revela sua interação com as outras cidades, com o campo que a circunda, com o sistema estatal mais amplo.

Nuclear ou policêntrica, organismo em crescimento celular concêntrico ou complexo agregado que se expande em fatias triangulares, a cidade deve ser vista também em termos da população citadina que ela abriga. Haveria uma cultura urbana, ou mesmo algo que possa ser delineado como uma caracteriologia fundamental

do cidadão? Ou a cidade, atravessada por diversidades, abre-se para uma miríade de subculturas urbanas? As questões perdem-se no infinito... São talvez os indícios de uma nova tendência a enxergar a cidade a partir de uma multiplicidade de aspectos e que, no decurso do século XX, passa a instigar nos sociólogos e historiadores as mais variadas imagens para uma aproximação do fenômeno urbano. Reconhecer estas diversificadas bases imaginárias a partir das quais se lança o estudioso, nos seus esforços de perceber o fenômeno urbano, constituirá um ponto de partida particularmente interessante para construir um panorama sobre a reflexão urbana no século XX.

As Ciências Humanas e a Cidade no século XX: novas metáforas urbanas

Diante dos múltiplos aspectos urbanos que seriam trazidos à tona pela historiografia e pela sociologia do século XX, uma pergunta se impõe. O que vem a ser, afinal, a Cidade? Na sua ânsia de responder a esta questão, os homens ligados aos diversos campos de saber e às mais variadas atividades humanas têm produzido metáforas diversas – entre estes homens o poeta, o pintor, o homem comum, e também o cientista social. Mesmo sem perceber, e por vezes acreditando-se liberto dos recursos metafóricos que os homens da literatura e da arte têm o direito de empregar mais livremente, a verdade é que o pensamento do cientista moderno também opera por modelos, frequentemente espacializados.

Não há nada de grave nisto. As metáforas de altura têm sido de longa monta empregadas para expressar níveis diferenciados de hierarquia social (o emprego da palavra “níveis” constitui já em si mesmo uma metáfora espacial). As metáforas (espaciais) de “centralidade” e “periferia” são imperceptivelmente empregadas para tornar claras determinadas relações de poder. A metáfora da “rede” recobre interações e relacionamentos sociais diversos. A Informática, por exemplo, sempre empregou, sem nenhuma crise de consciência, padrões similares de organização mental. Os usuários que estabelecem contatos via *Internet* “navegam na rede”, e em nenhum momento isto prejudica nem a objetividade nem a intersubjetividade de suas relações interativas. Por outro lado, a metáfora empregada – a forma externa mediante a qual se expressa ou se constitui certo pensamento – também ela ajuda a reformular este mesmo pensamento, a reconduzi-lo para uma determinada direção mental sem que nem sempre o seu usuário disto se aperceba.

No que concerne ao esforço de compreensão do fenômeno urbano, diversas imagens têm sido empregadas desde tempos imemoriais, cada qual acarretando benefícios e limitações, e o mesmo ocorreria com o conhecimento produzido sobre a cidade no século XX. A metáfora do *ímã*, por exemplo, tem sido particularmente simpática aos

economistas contemporâneos e aos demógrafos. Polo de atração, a cidade absorve homens e mercados³. Por outro lado, o “poder magnético” das cidades remete às noções de centro e periferia, particularmente no que concerne à região a elas adstritas. Desta forma, o geógrafo Dickinson (1961, p. 38) – que também trabalhou interdisciplinarmente com a História – observa que “cada centro age como se fosse um ponto focal, situado na confluência de vias e correntes de tráfego por meio das quais se liga à área circundante que constitui o seu corpo de associação”.

Assim, a cidade estabelece relações com o campo circundante, mas também com outras cidades. Noções como “retículo urbano” e “armadura urbana” têm sido empregadas para dar conta de todo um conjunto de cidades pertencentes a uma mesma área geográfica (Mercadal, 1971). Já o conceito de *dominância metropolitana* procura dar conta “do poder político-econômico de algumas cidades relativamente ao resto do território entendido como um sistema social global” (Bogue, 1949, p. 43).

Por outro lado, para fugir à linearidade que a noção “centro-periferia” pode evocar, Sorokin e Zimmerman (1929) elaboram o conceito de *continuum urbano-rural*, na ânsia de dar forma à dinamicidade de relações existentes entre as duas realidades. Com relação ao aspecto da dinamicidade também surgem as imagens que procuram enfatizar a dimensão da cidade como lugar privilegiado para as trocas. Assim, para Fernando Braudel, “as cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens” (Braudel, 1997)⁴. Conforme se vê, as imagens e metáforas empregadas pelos cientistas sociais carregam já dentro de si certas potencialidades e limitações que devem ser manejadas com vistas a determinadas finalidades, ou em função da constituição de objetos definidos. À medida que se produzem novos métodos, novas abordagens, ou novas perspectivas dentro de cada disciplina, uma nova imagem pode emergir ou uma antiga metáfora pode ser revalorizada.

A Cidade como artefato e como produto da terra

Já se disse que a Cidade, mesmo que não seja o maior artefato produzido pelo homem, é sem dúvida o mais grandiosamente impactante. Ainda que, em sua

estrutura física, nenhuma cidade seja tão imensa quanto a Muralha da China, ou que um sistema urbano específico esteja longe de ter a abrangência espacial e social de um sistema de telefonia com seus infindáveis fios que recobrem espaços incomensuráveis, uma Cidade é seguramente o maior artefato produzido pelo homem que pode ser apreendido a determinada distância pelo olhar contemplativo (é bom lembrar que a “muralha da China” só pode ser percebida de maneira compacta e totalizante se o observador estiver situado a uma distância extraordinária, como por exemplo na Lua). Por isso, Rybczynski (1995) observa que, enquanto uma rede de telefonia é um imenso artefato que permanece relativamente invisível para os homens, a Cidade deve muito de seu poderoso impacto no imaginário social ao atributo de poder ser contemplada em toda a sua grandeza e totalidade pelo olho humano, desde que tomada a devida distância⁵. A Cidade, neste sentido, seria o maior artefato produzido pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum. Naturalmente que, nestes tempos de urbanização dispersa, esta ideia de que a cidade pode ser apreendida inteira com um movimento de olhar deve ser repensada; mas de todo modo já faz parte do imaginário moderno a ideia de que, a certa distância, a Cidade se impõe ao olhar, e a difusão da aviação só veio reforçar cada vez mais este efeito, proporcionando também ao ser humano comum as visões de cima que podem oferecer ao olhar novos ângulos sobre este impressionante universo visual que é uma cidade.

Seria de se perguntar, em seguida, pelas formas que pode assumir o artefato urbano na sua própria origem, pelos seus modos de funcionamento, pelos seus padrões de transformação. Estas questões, a serem discutidas mais adiante, permanecem indelevelmente ligadas. De imediato, é bom lembrar que uma certa imagem do que seja ou deva ser a cidade pode estar implicada na sua formação primordial e nas suas subsequentes transformações. Os próprios homens que se unem para constituir uma cidade já começam a interferir nos seus destinos formais desde os primeiros instantes, valendo-se das suas próprias imagens. São estas imagens que o cientista social – ele mesmo um formador de imagens – deve examinar em um primeiro momento.

³ Atentando para o paradoxo deste “poder magnético da cidade”, Paul Goodman critica a tese de que a urbanização seja decorrência natural do desenvolvimento tecnológico: “É como se, por força de uma lei - a metáfora preferida é a da cidade como ímã - 75% dos americanos devessem viver em 1990 em densas áreas metropolitanas. E, ao contrário disto, não é de modo nenhum verdade que a urbanização seja uma necessidade técnica. Pelo contrário, o impulso da tecnologia contemporânea - isto é, a eletricidade, novas fontes de energia, automóveis, comunicações de longa distância e automatização - vai em direção da desurbanização, do descentramento quer da população quer da indústria. Este era o pensamento de Marx e Engels [...] de Kropotkine, Geldes, F.L. Wright, e de tantos outros entusiastas da tecnologia científica. A verdade é que a urbanização não fica a dever-se a causas tecnológicas, ou naturais ou sócio-psicológicas, mas a uma economia e a uma política que não tomam em linha de conta os custos sociais” (Goodman e Goodman, 1960, p. 16).

⁴ Sobre a análise braudeliiana do fenômeno urbano, ver Braudel (1997, p. 439).

⁵ “O sistema telefônico é imenso mas invisível, e apenas uma parte da Grande Muralha ou do Canal do Panamá podem ser vistos de uma vez; a imensidão destas invenções faz com que elas só sejam apreendidas pela imaginação. Mas uma cidade pode ser vista inteira de uma vez. Daí por que as vistas panorâmicas sejam tão emocionantes” (Rybczynski, 1995, p. 33).

Lynch (1994 [1960]) classifica as cidades em três categorias básicas com relação aos seus padrões formais, de funcionamento e transformação. Haveria as “cidades cósmicas”, que são aquelas cujos traçados são concebidos em função de algum sentido mítico, de algum padrão de espacialização imposto de fora por alguma ideia matriz, ou de algum desenho preconcebido consoante uma representação específica. Nesta categoria estariam desde as antigas cidades etruscas e indianas, cujo traçado é concebido para atender a algum padrão religioso ou místico, até as modernas cidades como Brasília, que seguem um plano piloto prenhe de significados. As “cidades cósmicas” podem ser lidas de fora, porque o seu traçado carrega explicitamente uma mensagem carregada de intencionalidades. Algumas delas foram mesmo feitas para significar algo para o observador que as contempla de uma distância a partir da qual o traçado pode ser percebido na sua totalidade.

Haveria também as “cidades práticas”. A imagem que mais se adapta a este tipo de cidades é a da “máquina”, ou do artefato mecânico. São cidades que crescem e se desenvolvem conforme as suas necessidades materiais, à medida que novas partes são acrescentadas e que as velhas partes são alteradas. O padrão de transformação associado a este tipo é o da superposição de um tipo mais ou menos mecânico.

Existiriam por fim as chamadas “cidades orgânicas”, aquelas que vão se formando e crescendo mais ou menos à maneira dos organismos vivos, adaptando-se a um terreno em que se viram inseridas de maneira não planejada, e sobretudo fazendo concessões permanentes à vida em toda a sua imprevisibilidade. Estas cidades modificam os seus traçados para se adaptarem a um rio que lhes serve de fronteira, contornam os morros ou os absorvem, sobem e descem ladeiras de variados tamanhos. Suas ruas organizam-se livremente para atender mais aos chamados da vida cotidiana que aos planejamentos previamente estabelecidos. As cidades medievais constituem exemplos muito típicos de “cidades orgânicas”, e também as pequenas cidades mineiras do Brasil Colonial como Ouro Preto. Da Idade Média também nos chegam os exemplos das cidades labirínticas que são tão comuns em algumas das sociedades islâmicas – com suas ruelas e becos que se perdem umas nos outros e que desorientam quem não conhece o padrão vital que está por trás de sua aparente desorganização.

O artefato urbano também pode ser examinado consoante a sua relação de abertura ou de fechamento para com o mundo externo (abertura ou fechamento que pode ou não se explicitar no plano físico mais imediato). O historiador Fernando Braudel examinou estas tendências urbanas de abertura ou fechamento a partir de um estudo da sua historicidade, identificando padrões mais ou menos recorrentes para cada período com respeito a este tipo de relação. Para ele, as cidades poderiam ser grosso modo classificadas em “cidades abertas”, “cidades fechadas” e “cidades sob tutela” (Braudel, 1997, p. 471-477).

As cidades antigas tenderiam para o modelo aberto, em oposição ao modelo explicitamente fechado das cidades medievais. A muralha que costumava cercar estas últimas seria apenas a parte mais visível de um sistema urbano fechado que também implicaria um fechamento político e econômico. A partir do século XV, com a formação dos sistemas políticos centralizados, surgiria o modelo das “cidades dominadas”, submetidas fundamentalmente a um controle que lhes é externo (como, por exemplo, a centralização estatal). À parte uma visível imposição do poder institucional na arquitetura destas cidades, consolidando-se em grandes avenidas e praças, a “cidade dominada” teria produzido uma sensível mudança no sentido de cidadania: enquanto primordialmente a cidadania havia implicado uma ligação com a cidade, como no caso das cidades antigas e medievais, agora ser cidadão passaria a remeter a uma ligação com o Estado. No século XIX, as cidades industriais parecem se fechar novamente, embora não mais fisicamente, sendo notável que cada vez se torna mais clara a oposição entre o rural e o urbano a partir de uma fronteira muito definida. A partir da cidade pós-industrial do final do século XX, acrescenta Rybczynski em um comentário sobre a esquematização anteriormente proposta por Braudel, parece ressurgir uma tendência para o modelo da Cidade aberta da Antiguidade. Neste caso, a diferença ou a separação física entre a cidade e os seus subúrbios passaria a ser mais difusa (Rybczynski, 1995, p. 37).

O artefato urbano, conforme se vê, tende a se mostrar aberto ou fechado de acordo com o seu contexto histórico. Como a maior parte das cidades costuma atravessar os vários períodos históricos, costuma ocorrer também uma espécie de superposição de padrões de espacialidade aberta e fechada em um mesmo espaço urbano. Também ocorre que uma cidade conserve os seus muros medievais, mas estes já não correspondam mais a uma prática de fechamento em relação ao mundo exterior. Nestes casos, o artefato perde algumas de suas funções primordiais e eventualmente adquire outras. A muralha que antes servia para a defesa, e que constituía nos tempos medievais a resistente armadura de um “artefato bélico”, torna-se nos tempos modernos a principal atração de um “artefato turístico”, pronto não mais para repelir, mas sim para seduzir o visitante que para ela corre com as suas máquinas fotográficas.

Encarar a Cidade como “artefato” pode ter as suas vantagens, mas também traz consigo os seus eventuais limites. Os arqueólogos mais antigos com bastante frequência encaravam a cidade como um “artefato” a ser recuperado, e não raro como um grande recipiente a ser analisado meramente nos seus aspectos físicos mais imediatos. Todavia, cidade é, em contrapartida, “uma forma que adquire conteúdos variáveis” (Braudel, 1997, p. 471-477). A tendência a estudar a forma separada do seu conteúdo é indício de uma nem sempre adequada “divisão

do trabalho intelectual”, esta que se torna cada vez mais insustentável face aos parâmetros da interdisciplinaridade que invadem diversos campos do saber científico.

Childe (1950) foi talvez o primeiro arqueólogo a se libertar do tipo de modelo “artefato” mediante o qual os arqueólogos de seu tempo costumavam conceber a cidade, talvez aprisionados por uma leitura arqueológica demasiado específica. Procurou desenvolver, ao contrário, uma visão global da cidade – e não apenas uma análise linear das suas construções e artefatos. É já um arqueólogo no sentido mais moderno – historiador da cultura material que revolve o artefato urbano para decifrar a sociedade nos seus múltiplos aspectos, e que se vale de conhecimentos interdisciplinares para enxergar a cidade mais como sistema do que como artefato arquitetônico.

Mas a Cidade pode também ser vista como um *produto da terra*. Consoante esta perspectiva, a Cidade existe por obra de um excedente agrícola sem o qual seria inconcebível na sua formação mais remota (Mumford, 1961 [1938])⁶. Enxergar a Cidade como produto da terra é direcionar o olhar para um aspecto bastante específico de suas origens: cidade simultaneamente povoada por homens provenientes dos campos circundantes e mantida pela produção daqueles que permaneceram no ambiente rural. Produto da terra e obra do homem do campo – não seria esta, certamente, a metáfora empregada pelos defensores das origens exclusivamente comerciais das cidades da Idade Média (Pirenne, 1925). Existe, aliás, a interessantíssima inversão de perspectivas da relação entre Cidade e Campo. Para Jane Jacobs, em *Economy of the Cities* (1969), teria sido na cidade que se deu a revolução tecnológica que possibilitou a revolução agrícola, e não o contrário. Ao lado disto, perspectiva proposta por Jacobs acrescenta mais. Para a autora, a eficaz e bem articulada organização citadina emerge como um complexo resultado das ações humanas, mas não do prévio planejamento urbanístico e institucional. A ordem citadina surge da combinação das ações de uma miríade de indivíduos, cada qual perseguindo seus próprios interesses e empenhando-se em realizar seus próprios planos, dentro de um universo de regras que encoraja a cooperação pacífica em detrimento do predomínio da agressão e dos distúrbios. Com a abordagem do urbano proposta por Jacobs, a Cidade é colocada no centro de um processo: é dela que partem as transformações, inclusive as que se darão no campo; e é também dela mesma, de seu dinamismo interno, que emerge a complexa organização interna que permitirá

mesmo que ela permaneça como cidade. O artefato urbano, se formos aqui retomar esta metáfora, é ele mesmo obra coletiva, produzido pelos seus inúmeros habitantes e pelas relações que são por eles entretecidas diuturnamente. De resto, é óbvio que o modelo proposto por Jacobs aplica-se a certas situações históricas. Obviamente que, tal como sustentam as pesquisas arqueológicas para o período pré-histórico de formação das grandes civilizações, a revolução agrícola teve de preceder a revolução urbana. Mas é extremamente interessante repensar também a ideia de que, mesmo para estes tempos mais recuados, as transformações não se deram unidirecionalmente dos progressos agrícolas para a possibilidade da emergência e desenvolvimento do urbano: uma vez surgida a cidade como novo fato histórico, ela podia passar a retroagir sobre o próprio mundo agrícola, estabelecendo-se aí uma interação circular. Esta circularidade entre o campo e o ambiente urbano, e a mútua fermentação que um pode proporcionar ao outro, certamente se renovou em períodos históricos diversos, de modo que hoje em dia é essencial ter em vista esta dupla perspectiva.

O já mencionado modelo da cidade como “artefato” abre espaço ainda para uma outra imagem importante: a da cidade como artefato esteticamente construído. Ou, dito de outra forma, o da cidade como obra de arte. A cidade, que certamente inclui dentro de si muitos e muitos objetos e produtos artísticos, passa a ser vista aqui, na sua inteireza, como um objeto artístico ela mesma⁷. Esta nova metáfora desdobra-se por um lado na possibilidade de enxergar a cidade como “obra de arte coletiva”, reelaborada permanentemente tanto pelos seus eternos construtores como pelos seus diversos habitantes. Por outro lado, a metáfora aponta também para a possibilidade de examinar a cidade como obra de arte dos urbanistas. Esta última perspectiva vem já das últimas décadas do século XIX, e tem um de seus marcos no livro de Camillo Sitte (1843-1903) que foi intitulado *A construção da Cidade segundo seus princípios artísticos* (1889). O seu modelo era o da cidade culturalista, radicalmente oposto ao urbanismo geométrico e utilitário e que, de modo contrário, passava a privilegiar precisamente a cidade que abre espaço para a imprevisibilidade estética, também atentando para a necessidade de assegurar um ambiente que fosse favorável à saúde psicológica de seus habitantes.

Este mesmo modelo de urbanismo culturalista encontrou sua continuidade nos anos seguintes através das obras do urbanista e estenógrafo inglês Ebenezer Howard

⁶ “As cidades são um produto da terra. Refletem a sagacidade do camponês ao dominar a terra; tecnicamente, apenas prolongam a sua habilidade em dar ao solo empregos produtivos, em resguardar-lhe o gado com segurança, em regular as águas que irrigam os seus campos, em fornecer silos e celeiros para as suas colheitas. As cidades são a representação desta vida estável que começa na agricultura permanente: uma vida que se vive com o auxílio de abrigos permanentes, de utilidades permanentes tais como pomares, vinhedos e obras de irrigação, e de edificações permanentes para proteção e armazenagem” (Mumford, 1961, p. 13).

⁷ “Portanto, a cidade não é apenas um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma” (Argan, 1992, p. 73).

(1850-1928), que foi o grande idealizador das chamadas “cidades-jardins”. Estas foram por ele apresentadas como modelo ideal no livro *Cidades-Jardins de amanhã*, publicado em 1898 com outro nome até sua reimpressão em 1904 (Howard, 1898). Sua ideia era combinar a vocação dinâmica da cidade com a beleza e saúde da vida no campo. A mesma ideia aparecerá em diversos urbanistas do século XX, preocupados em unir em uma única realidade estes dois universos aparentemente tão contraditórios que são a cidade propriamente dita e o campo.

Aparece também em Ebenezer Howard a preocupação com o crescimento desenfreado da população urbana, que tanto iria afligir os urbanistas do século XX, sobretudo a partir da intensificação da explosão demográfica a partir dos anos 1950. A solução de Howard para o problema era a de que o crescimento populacional urbano deveria produzir sempre a fundação de novas cidades equivalentes, e nunca o inchaço populacional que tem sido tão característico das últimas metrópoles no último século.

A apreensão do fenômeno urbano a partir de imagens diversificadas apresenta indefinidas soluções. Quantas outras imagens são possíveis! Ao lado da cidade-jardim, concebe-se a cidade como “empresa” ou como indústria⁸. Ao lado da cidade “obra de arte”, afirma-se a cidade como “registro” concreto e quase imperecível da memória humana. Ou, por fim, a cidade pode ser lida como um “texto” que registra as atitudes de uma sociedade perante os fatos mais elementares de sua existência. Vale a pena, contudo, examinar um outro circuito de imagens que foi muito importante para o pensamento do século XX sobre a cidade: o circuito de imagens orgânicas e naturais.

Os modelos biológicos

Se a cidade pôde ser compreendida por alguns arqueólogos e urbanistas como um artefato, não faltaram estudiosos que consideraram este modelo inadequado para a expressão daquilo que há de vivo e de mutável nesta formação social específica. Buscando reagir à ideia de enxergar a cidade como mero recipiente, não deixaram de surgir também modelos biológicos diversificados⁹.

Os modelos biológicos utilizados para a compreensão das cidades e dos processos de crescimento urbano remetem a duas vertentes. De um lado, a comparação da cidade com um organismo vivo, seja um organismo

complexo formado por vários órgãos que desempenham funções diversas, seja a célula, notando-se que este modelo é frequentemente utilizado para a visualização dos processos de crescimento urbano. De outro lado, a cidade pode ser apreendida como ambiente ecológico, uma vez concebida a ecologia como um estudo dos seres vivos em relação com o seu ambiente. Assim, este último modelo abarca a interação dos seres vivos não apenas uns com os outros, mas também a sua interação com o ambiente inorgânico. Tanto uma como outra vertente dos “modelos biológicos” implica trazer para o vocabulário das ciências humanas uma série de palavras e expressões que, a princípio, estiveram vinculadas às ciências naturais. Hoje estas palavras já são de uso corrente para a expressão de fenômenos sociais, particularmente os relacionados ao âmbito urbano. Dentre as expressões herdadas da terminologia clássica, que passou a examinar a cidade como um organismo, destacam-se noções como “crescimento”, “tecido”, “artéria”, “coração”, “função”. Veremos, contudo, que o empréstimo dos modelos naturais para a compreensão do fenômeno urbano tem uma história remota, e que alguns sociólogos do século XX apenas resgatam um modo de pensar a cidade já bastante tradicional, embora o adaptando a necessidades novas.

Não eram raras na Antiguidade as comparações da cidade a um grande ser. A Bíblia nos mostra tradicionais exemplos de comparação da cidade de Jerusalém com a noiva de Cristo, ou da Babilônia como a Grande Prostituta. No período medieval, em nítida referência bíblica, o cronista português Fernão Lopes não hesitaria em comparar a cidade de Lisboa à noiva do Mestre de Avis. Mas as possibilidades vão além: comparar a cidade ao ser vivo abre-se à possibilidade de visualizar a cidade como um corpo constituído por diversos órgãos.

Este tipo de metáfora corporativa da cidade remete fundamentalmente à Idade Média. Um dos exemplos mais notórios é a descrição do “corpo citadino” por João de Salisbury, parisiense do século XIII, na obra *Policraticus*. Para ele, cada grupo social estaria fadado a desempenhar uma função específica. Os mercadores, por exemplo, de acordo com o entendimento de Salisbury, seriam equivalentes ao “estômago da sociedade”, e no seu aspecto negativo arriscariam transmutar-se em um órgão desmesuradamente guloso. Avaliando o posicionamento deste cronista e teórico da Idade Média, o historiador

⁸ Mais ou menos à mesma época em que urbanistas culturalistas como Camillo Sitte (1889) e Ebenezer Howard idealizam as cidades esteticamente concebidas e os modelos ecológicos das cidades-jardins, surgem também os urbanistas progressistas que passam a conceber a cidade de uma perspectiva predominantemente industrial. A obra que inaugura este novo caminho nas concepções urbanas é *A Cidade Industrial* (1917), de Tony Garnier (1869-1948) [Garnier, 1917]. Mais tarde, em 1919, seria fundada sob a direção do arquiteto alemão Walter Gropius a Bauhaus – escola de arquitetura que se tornaria o centro de formação do Urbanismo Progressista, impulsionando-o em novas direções.

⁹ Deve-se acrescentar ainda que, ao lado dos sociólogos da Escola de Chicago, a própria associação entre Cidade e realidade biológica já havia sido iniciada pelos próprios estudiosos oriundos do campo da Biologia. Assim, Patrick Geddes, biólogo escocês, já havia publicado em 1915 um livro intitulado *Cidades em evolução* (Geddes, 1994).

Ullmann (1966) interpreta a utilização da metáfora do corpo em Salisbury como um desejo de “imobilização do indivíduo na sociedade” e de sua fixação por trabalho ou função (Geddes, 1994). No contraponto desta concepção medieval do corpo cidadão, quanto mais elevada fosse a função de um indivíduo, mais influência, mais riqueza e mais direitos lhe seriam atribuídos.

A metáfora da cidade como corpo presta-se, como se vê, a propósitos explicitamente funcionais. Não foi à toa que, por ocasião da emergência do positivismo comtiano no século XIX, este que buscava legitimar e privilegiar o papel de uma burguesia industrial como órgão diretivo da sociedade, tenham ressurgido metáforas comparando as camadas dirigentes ao cérebro e o operariado aos braços e pernas. Modificadas em diversos aspectos, algumas destas ideias em torno das funções sociais seriam levadas para o século XX por Durkheim (1962)¹⁰.

Por outro lado, mesmo antes de Augusto Comte, o socialista utópico Saint-Simon, que fora mentor do jovem positivista na fase inicial de sua carreira, já havia utilizado o modelo biológico. Com Saint-Simon, porém, o modelo do organismo social fora utilizado para um propósito diametralmente oposto, buscando criticar radicalmente o poder preestabelecido ao assinalar a ideia de que algumas classes, como o clero e a aristocracia, seriam como que “parasitas do organismo social”. Mesmo Marx (1983), embora mais como recurso estilístico do que como modelo de análise, visualizara a antiga sociedade como prenhe da nova sociedade, a quem não poderia dar à luz sem passar pelas dores revolucionárias do parto. Para a reforma ou para a revolução, os modelos naturalizados da sociedade começavam a invadir gradualmente a imaginação sociológica.

Por outro lado, o século XIX trouxera também a “atitude evolutiva”. Diversos pensadores no Ocidente já vinham desde o século das Luzes elaborando a ideia de “progresso humano”, tendendo a imaginar a civilização ocidental como uma etapa superior a ser alcançada por todas as sociedades. Por outro lado, em 1859 Charles Darwin formulara no campo das ciências naturais a sua teoria sobre a *Evolução das espécies*. Com ela, além de reforçar a ideia de um plano evolutivo identificável na própria natureza, introduzira novos conceitos – como o de “competição natural” – que não tardariam a ser reapropriados pelas ciências humanas¹¹. É também a partir de Charles Darwin que Haeckel (1834-1919) formula as bases para

um novo campo do saber, a “ecologia”, considerando-o como o “estudo da economia e do modo de habitar dos organismos animais, incluindo-se as relações dos animais com o ambiente inorgânico e toda a intrincada série de relações às quais Darwin se referiu falando de condições da luta pela existência”.

Este desenvolvimento significativo no campo das ciências naturais e da ecologia, bem como a retomada de modelos naturais pelos sociólogos oitocentistas para expressar relações diversas do universo humano, não têm propriamente uma repercussão imediata no campo dos estudos urbanísticos que lhes foram contemporâneos, pelo menos no que concerne à formulação de modelos para visualizar a cidade. Já vimos que a preocupação dos historiadores oitocentistas da cidade fora sobretudo com os aspectos institucionais, o que se deve em parte a uma demanda pelos seus serviços da parte dos governos estatais que buscavam se reorganizar no novo quadro europeu pós-napoleônico. A cidade como uma grande família, como um grande agrupamento de células institucionais básicas, ou, enfim, como uma grande instituição este fora o modelo instrumentalizado pelos historiadores das instituições municipais e dos estados nacionais reorganizados, e também daqueles poucos que se aventuraram a refletir sobre as origens do fenômeno urbano. Mas já começava a gestar-se algo novo em termos de visualização do fenômeno urbano que só daria seus principais frutos nas primeiras décadas do século XX. A teoria da evolução, os primórdios da ecologia, por um lado, e a “livre competição” da economia clássica, com a contrapartida socialista que trazia à tona as inquietações sociais e retomava a noção de “luta de classes”, por outro – tudo isto contribuía para a formação de um ambiente intelectual no qual se começava a fermentar uma nova imaginação sociológica, pronta a ser catalisada por uma renovada aceleração industrial trazida pelas primeiras décadas do século XX.

É todo este conjunto de ideias que precede a formulação de uma “ecologia urbana” na década de 1920, devendo-se acrescentar que também por esta época os biólogos começam a desvendar os segredos da “célula” e a inteirar-se a respeito de seus processos de crescimento. Ao mesmo tempo, enquanto a Europa se recuperava da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos começavam a despontar como um novo palco para a repensagem do fenômeno urbano na modernidade. Face a toda uma massa de informações que envolviam desde o estudo da ecologia

¹⁰ “Há certamente circunstâncias nas quais muitas funções econômicas entram em concorrência. No organismo individual, a seguir a um jejum prolongado, o sistema nervoso nutre-se com prejuízo dos outros órgãos, e o mesmo fenômeno produz-se se a atividade cerebral atinge um desenvolvimento demasiado considerável. O mesmo acontece na sociedade nas épocas de carestia ou de crise econômica. As funções vitais são obrigadas, para subsistir, a privar dos seus meios de sustento as funções menos essenciais” (Durkheim, 1962, p. 270-271).

¹¹ Também Marx não ficaria à parte das teorias evolucionistas. Em *Para a crítica da Economia Política*, ele escreve: “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A Economia Burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade” (Marx, 1983, p. 27-32). O evolucionismo darwiniano estende também a sua sombra sobre a visão de mundo do fundador do Socialismo Científico.

até os mecanismos mercadológicos examinados a partir da ótica do liberalismo econômico, e face à ânsia de formular novos modelos para a compreensão do funcionamento e das disfunções da cidade, um grupo de sociólogos especializados nos estudos urbanos estabelece na Chicago dos anos 1920 o novo campo da “ecologia urbana”. Por eles, a cidade será considerada a partir de então como “o *habitat* natural do homem”.

A imagem ecológica

“A cidade é uma constelação de áreas naturais, cada uma delas com o seu ambiente característico e a sua função específica no conjunto da economia urbana”. Foi com estas palavras que Park (1925) definiu a cidade em um artigo no qual buscava sintetizar algumas das suas ideias acerca do fenômeno urbano. A definição é particularmente interessante por ressaltar dois aspectos fundamentais do pensamento ecológico deste que foi um dos fundadores da Escola de Chicago. Por um lado, Park fala-nos em “áreas naturais”, remetendo-nos a um diálogo com a Ecologia que não hesitará em trazer para o plano sociológico noções como “estímulo”, “mobilidade”, “caráter patológico”, “competição”, “simbiose”. Por outro lado, o sociólogo americano também nos fala de *funções* específicas para estas que seriam as “áreas naturais” da formação urbana.

Park fora discípulo de Simmel, que instigara na geração da Escola de Chicago o interesse pela “mobilidade social” e pela psicologia do homem urbano. Mas também fora profundo conhecedor da obra de Durkheim, daí retirando a preocupação com as funções sociais. Explica a formação daquilo que chamou de “áreas naturais” por intermédio do “princípio da comunicação” e do “princípio da competição”, neste último particular notando-se um certo darwinismo social que muitos criticariam em alguns dos escritos produzidos pela Escola de Chicago. Com base no princípio da competição, postulava que a distribuição da população tenderia sempre a selecionar e agrupar conjuntamente os semelhantes. Desta forma, da relação dialética entre “competição” e “comunicação” seriam geradas, sempre por processos de ajustamento, as “áreas naturais”.

A obra fundadora da Escola de Chicago é a publicação coletiva denominada *The City* (Burgess *et al.*, 1925), na qual aparecem textos de Park, Burgess, McKenzie e Wirth, entre outros. Sua principal contribuição é a constituição de um novo modelo de visualização da cidade, que os próprios membros da Escola de Chicago procuraram entender como um novo campo do conhecimento. A “ecologia humana”, desta forma, é definida por McKenzie no livro de 1925 como “a ciência que se ocupa dos aspectos espaciais, das relações simbióticas de seres e de instituições na medida em que estejam empenhados nas forças seletivas, distributivas e adaptadoras do ambiente físico”.

Deve-se entender, antes de mais nada, que a Escola de Chicago foi um grupo de pesquisas efetivo, no qual cada um de seus membros recebeu certas funções voltadas para a preocupação de abarcar a totalidade dos aspectos urbanos. Burgess, por exemplo, foi encarregado de estabelecer um modelo generalizável para o crescimento das “áreas naturais”. Wirth estudou os aspectos da “mobilidade”, da “desorganização social”, da caracteriologia do cidadão e, por outro lado, da formação de subculturas urbanas. Voltados para uma miríade de aspectos associados ao fenômeno urbano, o modelo da cidade como o lugar natural do homem assumia múltiplas formas, emprestadas às comunidades simbióticas de seres vivos, às colmeias, às células em crescimento e multiplicação, aos ecossistemas, aos modelos do corpo e do organismo vivo com sua divisão funcional em uma diversidade de órgãos – era um vasto campo de imagens que se abria a partir destes pensamentos iniciais.

O modelo ecológico suscitou reflexões diversificadas no mundo inteiro, em muitos aspectos distintas e até críticas em relação à Escola de Chicago. No Leste Europeu surge, por exemplo, uma abordagem que alguns autores denominaram “ecológico-funcionalista”, e que tem em Musil (1970) um de seus principais representantes. Por outro lado, o modelo do “ambiente ecológico” foi eventualmente utilizado por pesquisadores nem sempre vinculados às habituais escolas ecológicas. Mumford, autor em seu livro *A Cidade na História* (1991) compara a cidade – via de regra como recurso estilístico – ao corpo humano ou a outros elementos naturais como a “árvore”. É bastante citar um comentário do autor referente ao processo mediante o qual a cidade medieval, apesar de sua origem exclusivamente feudal, logo se torna palco para uma luta entre dois sistemas concorrentes: “Ao proporcionar um ninho no qual o cuco do capitalismo podia depositar seus ovos, a cidade murada em breve permitiu que os seus próprios rebentos fossem postos para fora pelo atrevido forasteiro que abrigara” (Mumford, 1991, p. 282).

Nada mais “ecológico” do ponto de vista de certos desenvolvimentos típicos da Escola de Chicago. As metáforas pertencem ao mundo natural; os fundamentos de organização e controle espacial são a concorrência e a “seleção natural”; e o ambiente urbano é perfeitamente assimilado ao “habitat natural” do homem.

A Cidade entendida como um sistema

A Cidade também tem sido modernamente compreendida (ou visualizada) como um sistema. Mas que tipo de sistema? Eis aqui uma nova pergunta que se abre a múltiplas respostas. Isard (1942) a considerou como “sistema circulatório”, e os membros da Escola de Chicago a assimilaram a um “sistema ecológico”. Mas a Cidade também pode ser encarada como um sistema no sentido informático, abrindo-se ainda aqui múltiplas

possibilidades conforme a definição do modelo de interação para os seus vários elementos. Um famoso artigo do arquiteto e matemático Alexander (1967) poderá nos servir para elucidar esta questão.

Intitulado “A Cidade não é uma árvore”, o texto do arquiteto vienense recebeu o prêmio de melhor artigo do ano de 1967 no campo do *design* (Alexander, 1967). O autor defende a tese da superposição dos subsistemas de vida urbana, propondo superar os modelos reducionistas e esquemáticos de compreensão da cidade (por ele chamados de “estruturas em árvore”) em favor de modelos que captem a verdadeira complexidade urbana (“estruturas em grelha”). O artigo de Alexander objetiva a princípio contribuir para uma nova maneira de pensar a cidade, imprescindível aos urbanistas que pretendam projetar ou criar novas cidades sem perder aspectos da “cidade natural”. De nossa parte, acreditamos que o modelo de compreensão proposto pelo urbanista vienense seja também útil para a compreensão da natureza intrínseca das cidades já existentes e de sua complexidade, que às vezes se vê reduzida e comprometida por esquemas simplificadores. Alexander distingue, a princípio, dois modos de pensar que coincidem com modelos de representação de estruturas de conjuntos. A “árvore” corresponde a uma estrutura ramificada que o homem utiliza toda vez que pensa na esquematização, ou na abstração de uma estrutura. A “estrutura em grelha” é o modelo proposto pelo autor.

Para exemplificar, considere-se uma cidade hipotética. Existe uma esquina onde se localiza um bar com uma banca de jornais em frente. No cruzamento diante da esquina existe um sinal de trânsito. Quando este se abre para o tráfego, o pedestre para na calçada e aproveita para ler superficialmente as notícias e informações dos jornais e revistas. Outros se habituem a tomar diariamente um café no bar em frente. Farol, calçada, transeuntes, jornaleiro, banca de jornais e bar são elementos que formam um “conjunto”. Uma vez que estes elementos interagem, o conjunto é chamado de “sistema” – um sistema efetivamente significativo para diversos cidadãos.

Numa cidade, existe uma infinidade destes pequenos sistemas, que por isso são chamados de “subsistemas”. A vida urbana de uma cidade utiliza uma parte dos subsistemas disponíveis na cidade. Os subsistemas significativos para cada cidadão se integram, superpondo-se. Cada elemento de um subsistema pode pertencer a outro subsistema, consistindo nisto a riqueza da vida urbana. Ora, é precisamente esta superposição e esta riqueza que se perdem nos modelos de compreensão habituais, fundados na “estrutura de árvore”. Imaginam-se os elementos separados, contíguos, mas não superpostos. Desta forma, acaba-se separando os elementos de uma unidade, esquematizando um modelo de cidade que não corresponde em absoluto à sua vida urbana.

Em projetos urbanísticos, isso corresponderia a planejar zonas de funções estanques, distribuições rígidas

de equipamento, isolamento da recreação, sem prever em momento algum uma integração efetiva de seus elementos. Em análise sociológica ou historiográfica, acrescentaríamos por nossa conta, isto corresponde a repartir as cidades já conhecidas em compartimentos e subsistemas não integrados, sacrificando a compreensão da verdadeira vida social que aí se desenrola. Ou seja, apesar de a vida urbana corresponder a uma “estrutura de semigrelha”, estabelece-se uma “estrutura de árvore” para facilitar a ação de pensar. Uma coleção de conjuntos constitui uma “semigrelha” somente quando dois de seus conjuntos se superpõem e o conjunto de elementos comuns a ambos também pertencem à coleção. No exemplo antes mencionado, isto corresponderia a dizer que existe um conjunto “sinal de trânsito banca de jornais” e outro conjunto “banca de jornais bar”; a “banca de jornais” é uma unidade que também pertence à coleção. De forma contrária à “estrutura de grelha”, a “árvore” define-se como a coleção em que, para cada dois conjuntos, ou um está inteiramente contido no outro ou estão totalmente separados.

Estendendo por nossa conta a reflexão de Alexander para as análises sociológica e historiográfica, deve-se evitar o risco de isolar estruturas sociais e vizinhanças também em compartimentos estanques. A família X tem vínculos de amizade com a família Y, pertençam ou não à mesma unidade de vizinhança, ou mesmo a grupos sociais diferentes. Em uma cidade moderna, por exemplo, os filhos vão a uma escola de outro bairro porque lá parece haver professores melhores, e as compras mais importantes podem ser feitas em um supermercado mais afastado em virtude de preços melhores. Em cidades medievais, existiam mesmo ambientes ou ocasiões que pressupunham o contato entre grupos sociais diferenciados, apesar de toda a compartimentação prefigurada pela hierarquização ou pela setorização corporativa das sociedades urbanas medievais.

Isso não quer dizer que não se devam estudar os mecanismos de segregação social ou a compartimentação urbana, que apresentam efetivamente diversas formas consoantes as várias sociedades e períodos históricos. Significa apenas que não se devem desprezar os aspectos que transformam a cidade em um grande sistema integrado. A proposta de Alexander, conforme pudemos examinar, é integralizar neste novo modelo urbano a teoria dos conjuntos e da informática, com vistas a obter novas visões objetivas da complexa realidade citadina e da integração dos seus subsistemas, além de forçar a compreensão da natureza psicológica e social da vida urbana para encontrar os princípios ordenadores de uma cidade.

A Cidade como texto

Outra imagem da cidade que permitiu uma renovação radical nos estudos dos fenômenos urbanos foi a da “cidade como texto”. Esta imagem ergue-se sobre a

contribuição dos estudos semióticos para a compreensão do fenômeno urbano, sobretudo a partir do século XX. Segundo esta perspectiva, a cidade pode ser também encarada como um “texto”, e o seu leitor privilegiado seria o habitante (ou o visitante) que se desloca através da cidade – seja nas suas atividades cotidianas para o caso do habitante já estabelecido, seja nas atividades excepcionais, para o caso dos turistas e também do habitante que se desloca para um espaço que lhe é pouco habitual no interior de sua própria cidade. Em seu deslocamento, e em sua assimilação da paisagem urbana através de um olhar específico, este cidadão estaria permanentemente sintonizado com um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou uma escrita. Podemos aqui retomar as palavras de Roland Barthes: “A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a” (Barthes, 1987, p. 110).

A seus habitantes, e por extensão a seus analistas, uma cidade fala eloquentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade através dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço. Sua paisagem fala de sua tecnologia, de sua produção material; seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam; seus caminhos e seu trânsito falam das mais diversas atividades que no seu interior se produzem; seus mendigos falam da distribuição de sua riqueza ao estender a mão em busca de esmolas. Cada um destes índices remete às letras de um alfabeto que pode ser pacientemente decifrado pelos sociólogos, pelos historiadores, pelos urbanistas. A cidade, sem dúvida, pode ser “lida”, e é nesta perspectiva que se têm colocado alguns estudiosos do urbanismo a partir de meados do século XX.

A aplicabilidade da metáfora da “escrita” à cidade tem, certamente, diversos sentidos. Existe, por exemplo, a escrita produzida pelo desenho das ruas, monumentos e habitações – em duas palavras: a escrita arquitetônica de uma cidade. Trata-se de uma escrita sincrônica, que nos fala daqueles que a habitam, e também de uma escrita diacrônica, que nos permite decifrar a “história” da cidade que é lida. A cidade, em muitos casos, vai superpondo temporalidades, permitindo que habitações mais antigas convivam com as mais modernas. Em outros casos, ela faz desfilar as temporalidades sucessivamente, quando deslocamos nossa leitura através de bairros que vão passando de uma materialidade herdada de tempos antigos a uma materialidade mais moderna, nos bairros onde predominam as construções recentes.

É também importante notar que os próprios habitantes vão reescrevendo a escrita de sua cidade permanentemente. Por vezes imperceptível na passagem de um dia a outro, este deslocamento da escrita urbana deixa-se

registrar e entrever na longa duração. Os prédios que em uma época eram continentes da riqueza e símbolos do poder podem passar, no decurso de um longo termo, a continentes da pobreza e a símbolos da marginalidade. Os casarões do século XIX, que eram habitações de ricos, degeneraram-se ou deterioraram-se em cortiços, passando a abrigar dezenas de famílias mal acomodadas e a configurar espaço habitacionais marginalizados. Nesta passagem marcada pela deterioração do rico palacete em cortiço miserável, deteriora-se também a imagem externa do bairro e o seu valor imobiliário, de modo que o espaço que um dia configurou uma “área nobre” passa em tempos posteriores a configurar uma zona marginalizada do ponto de vista imobiliário.

Este “deslocamento social do espaço” também acaba por se constituir em uma forma de escrita que pode ser decifrada. As motivações para este deslocamento podem ser lidas pelo historiador: a história da deterioração de um bairro pode revelar a mudança de um eixo econômico ou cultural, uma reorientação no tecido urbano que tornou periférico o que foi um dia central ou um ponto de passagem importante. Enfim, de múltiplas maneiras o próprio espaço e a materialidade de uma cidade se convertem em narradores da sua história. Diante desta percepção da cidade como uma escrita que tem algo a dizer, surgiu concomitantemente um esforço de conservação do patrimônio arquitetônico que encontra uma de suas expressões nos tombamentos históricos. Os monumentos e as construções antigas passam a ser considerados, nestes casos, como registros da memória coletiva. Fragmentos de textos, enfim, que a comunidade ou aqueles que ela designou para representá-los não desejam ver apagados no processo de incessante reescrita do texto urbano.

Do que pudemos ver até aqui, a imagem de uma Cidade-Texto traz consigo uma dupla implicação. Um texto pode ser definido como algo passível de ser lido, mas também pode ser compreendido como algo que é escrito. Daí que, se os cientistas sociais que examinam a cidade tomam este texto apenas na sua dimensão de objeto de leitura, já os seus habitantes e os passantes que a percorrem no dia a dia podem se relacionar ao texto-cidade simultaneamente do ponto de vista da leitura e da escrita. Kevin Lynch já fazia notar, referindo-se às pessoas que circulam dentro da cidade e que constituem a sua parte humana, que estas não são meros observadores do espetáculo urbano, mas parte dele (Lynch, 1994, p. 2). Os pedestres podem ler o texto urbano, mas eles também o reescrevem, e de algum modo podem ser mesmo considerados como alguns dos personagens ou dos caracteres móveis que fazem parte da construção deste texto urbano. Esta tríptica relação do pedestre com o texto urbano – como leitor, como escritor, como personagem de sua narrativa ou, o que vem a dar no mesmo, letra móvel do seu alfabeto infinito – torna-se especialmente relevante. A ideia proposta é a de que a cidade é comparável a um enunciado linguístico (o que remete, desta maneira, não

apenas ao texto escrito, mas também ao texto falado). Barthes (1987), e a partir dele De Certeau (2002), fazem notar que – se a cidade constitui uma “ordem espacial” que pode ser comparada à língua – por outro lado os pedestres que caminham através desta ordem espacial atualizam e reinventam esta língua. Por isso, se a ordem espacial urbana é como uma língua, com suas possibilidades e proibições, a caminhada através desta ordem urbana (a “enunciação pedestre” nos dizeres de Certeau) é equivalente ao ato de enunciar (De Certeau, 2002, p. 177).

Ao caminhar pela cidade, cada pedestre apropria-se de um sistema topográfico (de maneira análoga ao modo como um locutor apropria-se da língua que irá utilizar) e, ao mesmo tempo, realiza este sistema topográfico em uma trajetória específica (como o falante que, ao enunciar a palavra, realiza sonoramente a língua). Por fim, ao caminhar em um universo urbano no qual muitos outros caminham, o pedestre insere-se em uma rede de discursos – em um sistema polifônico de enunciados, partilhado por diversas vozes que interagem entre si (como se dá com os locutores que se colocam em uma rede de comunicações, tendo-se na mais simples “conversa” um dos exemplos mais evidentes).

Enfim, se existe um sistema urbano – com a sua materialidade e com as suas formas, com as suas possibilidades e os seus interditos, com as suas avenidas e muros, com os seus espaços de comunicação e os seus recantos de segregação, com os seus códigos de trânsito – existem também os modos de usar este sistema. A metáfora linguística do universo urbano aqui se sofisticada: existe a língua a ser decifrada (o texto ou o contexto urbano), mas existe também o modo como os falantes (os pedestres e habitantes urbanos) utilizam e atualizam esta língua, inclusive criando dentro deste mesmo sistema de língua as suas comunidades linguísticas particulares (dentro da cidade existem inúmeros guetos, inúmeros saberes, inúmeras maneiras de circular na cidade e de se apropriar dos vários objetos urbanos que são partilhadas por grupos distintos de indivíduos).

É extremamente difícil e desafiador para o historiador que estuda as realidades urbanas do passado recuperar o registro destas caminhadas (ou destes “atos de fala” dos enunciadore urbanos). A dificuldade está em que não se trata apenas de recuperar os caminhos possíveis ou percorráveis através das várias atividades cotidianas. Se a cidade é um texto que pode ser lido a partir da materialidade urbana, e se é possível imaginar os pedestres do passado que percorriam este texto em pontilhado – ou seja, que realizavam percursos – é preciso lembrar que o ato de caminhar através de uma cidade é uma operação complexa que envolve muitos outros gestos e sentidos para além do movimento das pernas e do deslocamento no espaço. Quem caminha observa a paisagem, vivencia possibilidades e interditos, vai ao encontro ou foge do encontro com outros passantes, segrega ou é segregado.

Um pedestre nas cidades modernas caminha observando vitrines, decodificando sinais de trânsito, administrando liberdades e inseguranças. O pedestre das cidades de todas as épocas acelera e desacelera os seus passos, vivencia emoções olfativas e táteis, respira o ar de sua cidade. Muitos destes gestos e sentidos perdem-se para o historiador que contempla apenas a planta de uma cidade ou que tenta adivinhar na materialidade urbana de hoje o que foi a vida dos homens que a habitaram no passado. É preciso, portanto, não apenas recuperar os traçados dos múltiplos percursos, como também identificar as diversas maneiras de caminhar; não apenas inventariar os lugares, como também analisar as maneiras de se apropriar dos lugares.

Uma última implicação da metáfora da cidade como texto ou como discurso é a de que o complexo discurso urbano aloja dentro de si diversos discursos de todas as ordens. A cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos. O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de ruas que evocam memórias e imaginários, de cartazes que são expostos nas avenidas para seduzir e informar, de sinais de trânsito que marcam o ritmo da alternância entre a passagem permitida e os interditos aos deslocamentos no espaço. A Cidade é um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive os das pequenas conversas produzidas nos encontros cotidianos. Eis aí, enfim, a aventura que se abre aos pesquisadores que se aproximam da cidade a partir da metáfora linguística ou apoiando-se na imagem da cidade como texto: ele torna-se um decifrador de discursos e de relações geradas a partir de uma multiplicidade de discursos.

O que se viu aqui, de forma apenas sintética, fundamenta-se na ideia de que o historiador, o cientista social, ou ainda o estudioso dos fenômenos e das estruturas urbanas nos demais campos do saber, sempre constitui o seu objeto de estudo a partir de determinadas imagens da cidade ou de modelos para a sua compreensão – imagens e modelos que terminam por produzir, no fim das contas, expectativas e perspectivas específicas, que acabam por permitir ou favorecer certas metodologias conforme a imagem a partir da qual o estudioso se aproxima do fenômeno urbano, e que, poderíamos acrescentar para o caso da História, contribuem de alguma maneira para solicitar determinadas escolhas de fontes.

Resta dizer, por fim, que a imagem ou modelo utilizado também tende a favorecer determinadas formas de expressão e de constituição do texto final destinado a expor os resultados do trabalho e da reflexão do pesquisador. Daí a importância de se compreender os modelos e imagens mais simplificados de que dispõem habitualmente os cientistas sociais para visualizar a cidade. É no momento em que se coloca plenamente consciente das imagens que estará pronto a empregar na produção de seu

saber, que o cientista social e o historiador se capacitam para avaliar as formações urbanas de um ponto de vista multifuncional e multifatorial, ou para se aperceberem melhor das possibilidades complexas do seu estudo. Avançar nesta complexidade multifatorial é precisamente um desdobramento desta tomada de consciência...

Referências

- ALEXANDER, C. 1967. Une ville n'est pas un arbre. *Architecture, Mouvement et Continuité*, 161:3-11.
- ARGAN, G.C. 1992. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 280 p.
- BARTHES, R. 1987. Semiologia e urbanismo. In: R. BARTHES, *A aventura semiológica*. Lisboa, Edições 70, p. 110-157.
- BOGUE, D.J. 1949. *The Structure of the Metropolitan Community: A Study of Dominance and Subdominance*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 210 p.
- BRAUDEL, F. 1997. As cidades. In: F. BRAUDEL, *Civilização material, economia e capitalismo – sécs. XV-XVIII: Vol. I. As estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, p. 439-514.
- BURGESS, E.W.; PARK, E.; MCKENZIE, R.D. 1925. *The City*. Chicago, University of Chicago Press, 239 p.
- CERTEAU, M. de. 2002. Marchas da Cidade. In: M. de CERTEAU, *A invenção do cotidiano: A arte de fazer*. Petrópolis, Editora Vozes, p. 169-172.
- CHILDE, V.G. 1950 The Urban Revolution. *Town Planning Review*, 21(1950):1.
- COULANGES, F. de. 1864. *La Cité antique*. Paris, Librairie Hachette, 480 p.
- DES MAREZ, G. 1898. *Étude sur la propriété foncière dans le ville du Moyen Age et spécialement en Flandre*. Gand, Université de Gand, 392 p.
- DICKINSON, R.E. 1961. City and Region. In: E. DICKINSON. *Sociologia Urbana*. Torino, Einaudi, p. 29-43.
- DURKHEIM, É. 1962. *De la division du travail social*. Paris, PUF, 416 p.
- ENGELS, F. 1985 [1845]. *A situação da classe operária na Inglaterra. A Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra*. São Paulo, Global, 145 p.
- GARNIER, T. 1917. *Une cité industrielle: Étude pour la construction des villes*. Paris, Massin et Cie, 165 p.
- GEDDES, P. 1994. *Cidades em evolução*. São Paulo, Papirus, 276 p.
- GLOTZ, G. 1968. *La cite grecque*. Paris, Albin Michel, 473 p.
- GOODMAN, P.; GOODMAN, P. 1960. *Communitas: Means of Livelihood and Ways of Life*. New York, Vintage Books, 270 p.
- GREGOROVIVUS, F.A. 1894 [1859-1872]. *History of the City of Rome in the Middle Ages*. London, G. Bell.
- HOWARD, E. 1898. *A Peaceful Path to Real Reform*. London, Swan Sonnenschein, 322 p.
- ISARD, W. 1942. Transport Development and Building Cycles. *Quarterly Journal of Economics*, 57(1):90-112.
<http://dx.doi.org/10.2307/1881814>
- JACOBS, J. 1969. *The Economy of Cities – The Death and Life of Great American Cities*. New York, Vintage, 288 p.
- LABANDE, L.H. 1892. *Histoire de Beauvais et de ses institutions communales*. Paris, Mègariotis, 381 p.
- LYNCH, K. 1994. *A imagem da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 227 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. 2000 [1845]. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 609 p.
- MARX, K. 1986. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 136 p.
- MARX, K. 1983. Para a crítica da Economia Política (Prefácio). In: J.A. GIANNOTTI (org.), *Marx*. São Paulo, Abril Cultural, p. 27-32.
- MERCADAL, J. 1971 [1965]. Peut-on tirer un enseignement des essais français de modelisation du développement spatial urbain? *Revue Économique*, XXIII(6):952-991.
- MUMFORD, L. 1961. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, Itatiaia, 590 p.
- MUMFORD, L. 1991. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 741 p.
- MUSIL, J. 1970. *Sociologia della città*. Milano, F. Angeli, 356 p.
- PARK, E. 1925. The city: suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment. In: E.W. BURGESS; E. PARK; R.D. MCKENZIE, *The City*. Chicago, University of Chicago Press, p. 1-46.
- PETIT-DUTAILLIS, C. 1970. *Les Comunas françaises – caracteres et evolutions des origins au XVIIIe siècle*. Paris, Albin Michel, 322 p.
- PIRENNE, H. 1925. *Les Villes au Moyen Age*. Bruxelas, Lamartin, 176 p.
- REINECKE. 1896. *Geschichte der Stadt Cambrai*. Marburg, N.G. Elvert, 276 p.
- RYBCZYNSKI, W. 1995. *Vida nas cidades: expectativas urbanas no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Record, 235 p.
- SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C. 1929. *Principles of Rural-Urban Continuum*. Harvard, Harvard Press, 342 p.
- SITTE, C. 1899. *Der Stadtbau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. Wien, Birkhäuser Basel, 216 p.
- ULLMANN, W. 1966. *The Individual and the Society in the Middle Ages*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 175 p.

Submetido: 23/02/2011

Aceito: 24/04/2011